

## Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais Gabinete do Prefeito



Of. nº 629/2022/GPBCN

Bom Despacho, 02 de dezembro de 2.022

A Sua Excelência o Senhor Vinícius Pedro Tavares de Araújo Presidente da Câmara Municipal Rua Marechal Floriano Peixoto, 40 – Centro 35630-034 – Bom Despacho-MG

**Assunto:** Encaminha Projeto de Lei que altera a redação do Art. 4º da Lei Municipal nº 2.847, de 23 de dezembro de 2.021 – LOA 2022.

Senhor Presidente,

Encaminho à Câmara Municipal de Bom Despacho, para aprovação dos nobres vereadores, o Projeto de Lei que altera a redação do Art. 4º da Lei Municipal nº 2.847, de 23 de dezembro de 2.021 – LOA 2022.

A proposta orçamentária definida para o exercício financeiro de 2022 foi elaborada obedecendo a responsabilidade fiscal e a qualidade do gasto público, buscando sempre o equilíbrio das contas públicas. Entretanto, diversas variáveis foram modificadas fora da governabilidade da Administração Pública Municipal.

Podemos destacar que foi enviado à Câmara Municipal na proposta orçamentária para 2022 a previsão de aumento de 8% para o magistério e 6% para os demais servidores. No entanto, o reajuste proposto pelo governo federal e concedido pela prefeitura foi de 28% para a educação e 10,06% para os demais servidores de acordo com o IPCA apurado no final de 2021. Este aumento acarretou um desequilíbrio enorme na folha de pagamento da prefeitura.

Destacamos também o aumento do Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA, dos últimos 12 meses, de 6,47% em relação ao mesmo período do ano anterior, o aumento do preço de combustíveis que chegou a 53% em 2022 em relação a 2021, assim como o aumento da cesta básica entre outros.

Em meio aos acréscimos apresentados e não previstos na proposta orçamentária a Administração Municipal, principalmente para cobrir a folha de pagamento, precisou utilizar a totalidade do percentual de suplementação orçamentária autorizado pela Lei Municipal nº 2.847, de 23 de dezembro de 2.021, fixado em 25% (vinte por cento) do orçamento vigente.

Portanto, para que possamos dar continuidade ao pagamento em dia dos servidores e não ter que enviar projetos específicos de crédito adicional suplementar para cobrir a folha de dezembro, 13º salário, acerto dos contratados e pequenas despesas em geral que poderão surgir, torna-se necessário a ampliação do percentual de suplementação em 10% (dez por centro), passando assim para um total de 35% (trinta e cinco por centro).



## Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais Gabinete do Prefeito



É prioridade do Município de Bom Despacho proteger o cidadão bom-despachense e nossos servidores e isso apenas ocorrerá com o apoio do Poder Legislativo.

Assim, encaminho o Projeto de Lei em anexo, o qual submeto à apreciação dos nobres vereadores, solicitando rápida aprovação, uma vez que os objetivos visados pelo projeto de lei proposto são de interesse público.

Atenciosamente,

BERTOLINO Assinace depit COSTA NETO: NETO: 50700553467

Adelineo ogitalinerita por BERTOLINO DA GARGO DE MEDICA DE LA MONTO DE LA MONTO DE LA DEL CALIFORNIA DE LA MONTO DEL MONTO DE LA MONTO DE LA MONTO DE LA MONTO DEL MONTO DE LA MONTO DEL MONTO DE LA MONTO DE LA MONTO DE LA MONTO DE LA MONTO DEL MONTO DE LA MO

Bertolino da Costa Neto **Prefeito Municipal** 



## Prefeitura Municipal de Bom Despacho Estado de Minas Gerais Gabinete do Prefeito

FIS D4 DE BOARDACE

Projeto de Lei nº \_\_\_\_\_\_/2022

Altera redação do Art. 4º da Lei Orçamentária Municipal nº 2.847, de 23 de dezembro de 2.021.

O Prefeito Municipal de Bom Despacho/MG, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV do art. 87 da Lei Orgânica do Município, encaminha o presente Projeto de Lei para posterior tramitação legal nessa Egrégia Casa.

Art. 1º Fica autorizada a ampliação do limite de abertura de créditos suplementares previsto na Lei Orçamentária Municipal do exercício de 2.022 para 35% (trinta e cinco por cento) do valor da despesa autorizada, passando o art. 4º da Lei Municipal nº 2.847, de 23 de dezembro de 2.021 a vigorar com seguinte redação:

"Art. 4º Para ajustes na programação orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite 35% (trinta e cinco por cento) do valor total do Orçamento, nos termos do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, criando, se necessário, elemento de despesa e fontes de recursos dentro de cada projeto, atividade ou operação especial."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bom Despacho, 02 de dezembro de 2.022, 111° ano de emancipação do Município.

BERTOLINO DA SICOLINA DE CARRILLO DE CARRI

Bertolino da Costa Neto **Prefeito Municipal**